

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.850 - PR (2019/0261340-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA
ADVOGADOS : DANIEL BRENNEISEN MACIEL - PR040660
SAMIR BRAZ ABDALLA - PR031374
RAFAEL FERNANDO PORTELA - PR054780
RAPHAEL WOTKOSKI - PR062783
ISABEL CRISTINA BONETTI - PR066872
AGRAVANTE : CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL BURITI
ADVOGADO : PAULO ESTEVES SILVA CARNEIRO - PR056840
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelo CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS BURITI, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 483/484):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTORAL E JULGOU EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 487, INC. II, DO CPC/15)

1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE.

2. PRESCRIÇÃO VERIFICADA. PRETENSÃO DE COBRANÇA DE TAXAS DE CONDOMÍNIO. DEMANDA AJUIZADA EM FACE DE PROMISSÁRIOS COMPRADORES QUE NÃO DETINHAM A POSSE OU A PROPRIEDADE DO IMÓVEL. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO DA DEMANDA COM A INCLUSÃO DA COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS (ART. 206, § 5º, INC. I, CC) QUE DEVE SER CONTADO DE FORMA RETROATIVA, A PARTIR DA PROPOSITURA DA AÇÃO, DESDE QUE EFETIVADA A CITAÇÃO VÁLIDA. CIÊNCIA DO CONDOMÍNIO A RESPEITO DA TITULARIDADE DO BEM PELA COHAB-CT DESDE 1992. RETROATIVIDADE DOS EFEITOS DA CITAÇÃO VÁLIDA A DATA DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA PARTE RÉ. PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS QUE ANTECEDERAM CINCO

ANOS DA PROPOSITURA DA DEMANDA (REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO). DESPESAS CONDOMINIAIS DEVIDAS DE 31/01/2009 A 31/05/2009. INCIDÊNCIA DA MULTA DE 2% SOBRE O VALOR DO DÉBITO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.336, §1º, DO CÓDIGO CIVIL. SENTENÇA REFORMADA NESTE PONTO. 3. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. FLUÊNCIA A PARTIR DO VENCIMENTO DE CADA PARCELA. 4. REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração pelo outro recorrente, restaram rejeitados às fls. 533/536.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação ao art. 240, §1º do CPC/15, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que *"não há que se falar em prescrição das taxas condominiais considerando-se como termo inicial de contagem a data do pedido de alteração do polo passivo, isto porque a Lei é clara ao dispor que o parâmetro utilizado deve ser a data da propositura da ação, no presente caso, o dia 25/10/2012"* - (fl. 550).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante ao momento a ser considerado para a interrupção da prescrição, a Corte de origem compreendeu que seria a data de modificação do polo passivo, uma vez que a ação foi ajuizada em desfavor de parte ilegítima, conforme se denota do trecho do acórdão a seguir (fls. 493/495):

Veja-se que a pretensão deduzida contra os antigos compromissários compradores não tinha nenhuma utilidade e eficácia, pois não atingiu a verdadeira titular da dívida, que desde 20.07.1992. era a COHAB de Curitiba, conforme consta na matrícula do imóvel juntada pelo próprio Condomínio autor. Ademais, é certo que as consequências do equívoco reconhecido (petição mov. 109.1) pelo Condomínio na escolha da parte contra quem pretendia litigar, não podem vir em desfavor da Companhia de Habitação municipal, que sequer integrava a relação

jurídico-processual.

(...)

Assim, aplicando-se o prazo prescricional quinquenal, considerando a data da alteração do polo passivo em 27.01.2014 (mov.109.1), a pretensão do recorrente de recebimento das taxas condominiais está prescrita em relação às parcelas vencidas no período de 31.07.2005 a 31.10.2008.

Por outro lado, as taxas condominiais com vencimento de 31.01.2009 a 31.05.2009, estão inseridas dentro do prazo prescricional de cinco anos (art. 240, §1º, do CPC15 correspondente ao art. 219, §1º, do CPC/73), uma vez que, conforme acima disposto, a interrupção da prescrição deve retroagir à data em que o Condomínio/apelante requereu a modificação do polo passivo da demanda (27.01.2014.).

Entretanto, aquelas relativas a junho de 2009 a abril de 2011 já foram quitadas por terceiro, consoante observado pela d. Magistrada sentenciante em razão da petição de mov. 155.1, razão pela qual não são devidas pela parte ré.

Deste modo, impõe-se o parcial provimento do presente recurso, reconhecendo-se como devidas as taxas condominiais compreendidas no período de 31.01.2009 a 31.05.2009, bem como, aquelas que se venceram e estão inadimplidas desde a propositura da demanda e as vincendas até o efetivo pagamento da obrigação.

Ocorre que tal posicionamento está em consonância com a jurisprudência mais atual desta Corte de Justiça acerca de se considerar interrompido o prazo prescricional apenas quando há a citação da parte legítima para a causa, conforme se detalha com trecho do voto de Relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino:

Ora, se inexistente citação, se ela é declarada nula, ou, ainda, se ela é realizada em pessoa totalmente diversa daquela que deveria responder pela

prestação que se busca ver satisfeita na ação, não vejo como reconhecer-se interrompido o lapso prescricional.

*Para a retroação do efeito interruptivo oriundo da citação tenho que é imperioso que o ato científico ocorra na pessoa daquele contra o qual se postula a condenação à prestação cujo prazo prescricional encontra-se em curso. (REsp 1527157/PR, Rel. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018)*

Do mesmo modo, seguindo tal entendimento sobre a necessidade de citação de parte legítima para causa a fim de que ocorra a interrupção do prazo prescricional,

confirmam-se as seguintes ementas:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO. EXTROMISSÃO DE PARTE. NOMEAÇÃO À AUTORIA. APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. CITAÇÃO TEMPESTIVA. PRAZO COMPUTÁVEL APÓS A APRESENTAÇÃO DA PETIÇÃO DO RÉU ORIGINÁRIO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Debate-se o marco de interrupção do prazo prescricional em razão da citação do real legitimado passivo ter ocorrido após mais de um ano da propositura da ação.

2. A ação foi inicialmente proposta contra aparente proprietário do veículo envolvido em acidente que resultou no falecimento do cônjuge da autora, vindo a ocorrer sua extromissão e substituição pelo recorrente em virtude de petição de denúncia da lide.

3. A natureza da pretensão - no caso, da intervenção de terceiro - é determinada pelo conteúdo do pedido formulado (extromissão de parte), sendo irrelevante o nomen iuris atribuído, revelando, portanto, tratar-se de nomeação à autoria.

4. A alteração dos elementos da demanda após a citação somente é admitida em hipóteses legais excepcionais, como no caso em que o equívoco na indicação de parte ilegítima decorre de sua aparente legitimidade passiva. Nesses casos, a indicação do real legitimado por meio da nomeação à autoria é dever do réu aparente em homenagem aos princípios da boa-fé processual e da cooperação.

5. Informado o real legitimado passivo, deve o autor promover sua oportuna citação, considerando-se para fim de apuração de tempestividade não a data da propositura da demanda, mas o processamento da nomeação à autoria.

6. Promovidos os atos de citação pela autora na oportunidade processualmente assegurada, a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação.

7. Recurso especial desprovido.

(REsp 1705703/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018) - grifou-se.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA PARTE MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA. EMENDA REALIZADA APÓS O IMPLEMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL. CITAÇÃO DA PARTE LEGÍTIMA OCORRIDA DE MODO INTEMPESTIVO, QUANDO JÁ ESCOADO O LAPSO PRESCRICIONAL. INAPLICABILIDADE DO EFEITO INTERRUPTIVO

RETROATIVO.

1. Discussão acerca da eficácia interruptiva da prescrição operada pela citação válida, mas de parte ilegítima, em relação à parte legítima contra a qual apenas foi direcionada a demanda após o acolhimento do pedido de emenda da petição inicial.

(...)

4. A maior parte dos precedentes do STJ, versando acerca dos efeitos interruptivos da prescrição advindos da citação válida, remontam a fatos ocorridos na vigência do art. 175 do CC/16, cuja revogação pelo CC/02 e posterior tratamento legislativo do tema, exige uma nova abordagem da questão.

5. A interpretação que mais bem atende ao disposto no art. 219, §1º, do CPC/73 e, ainda, ao art. 202, inciso I, do CC, é a de que apenas com a citação formalmente correta e tempestiva da parte legitimada para estar no polo passivo da ação, é que se poderá entender interrompida a prescrição.

6 Recurso especial desprovido.

(REsp 1527157/PR, Rel. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018) - grifou-se.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DESPACHO CITATÓRIO PROFERIDO APÓS A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL. ATRASO ATRIBUÍDO À PARTE AUTORA. PEÇA INAUGURAL. NÃO PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE. CITAÇÃO EFETIVADA QUANDO JÁ DECORRIDO O PRAZO PRESCRICIONAL. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. PECULIARIDADES. NÃO OCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.

1. A regras atinentes à prescrição e às causas de interrupção do lapso prescricional previstas no Código Civil e no Código de Processo Civil devem ser analisadas em conjunto, para evitar antinomia.

2. Se a petição inicial estava em flagrante desacordo com o disposto no art. 282 do CPC e sem condições de desenvolvimento válido e regular do processo, não pode a parte autora beneficiar-se da causa de interrupção da prescrição prevista no art. 219, § 4º, do CPC, visto que o despacho que ordenou a citação (art. 202, I, do Código Civil) só pôde ser exarado após a emenda da inicial e quando já decorrido o lapso prescricional.

3. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas.

4. Recurso conhecido em parte e desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1267490/RJ, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 27/03/2015) - grifou-se.

Observa-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, atraindo o óbice da Súmula 83 do STJ, aplicável tanto ao permissivo constitucional da alínea a quanto da alínea c.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% (quinze por cento) para 16% (dezesesseis por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator